



Senado aprova incentivo a Minha Casa, Minha Vida

Projeto restabelece regime especial de tributação que vigorou até dezembro do ano passado para construção e incorporação de imóveis residenciais de até R\$ 100 mil pelo programa habitacional

Marcos Oliveira/Agência Senado



Davi Alcolumbre comanda sessão do Plenário, auxiliado pelo secretário Bandeira

O Plenário aprovou ontem projeto que restaura o Regime Especial de Tributação para unidades residenciais de até R\$ 100 mil a serem construídas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Esse regime especial valeu até 31 de dezembro de 2018. O texto segue para sanção.

O regime especial permite às incorporadoras recolher o equivalente a 1% da receita mensal recebida a título de pagamento unificado de quatro impostos. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Projeto de autoria de Lasier Martins teve o apoio de Rose de Freitas

Vai à Câmara fim de norma que restringe mamografia no SUS

O Senado aprovou projeto de decreto legislativo que susta portaria do Ministério da Saúde que restringe o acesso ao exame de mamografia pelo SUS. Do senador Lasier Martins, a pro-

posta segue para a Câmara. A portaria tornou pública a decisão de não ampliar o uso do exame para o rastreamento do câncer de mama em mulheres fora da faixa de 50 a 69 anos. **3**

PEC Paralela será votada em 6 de novembro, anuncia Davi

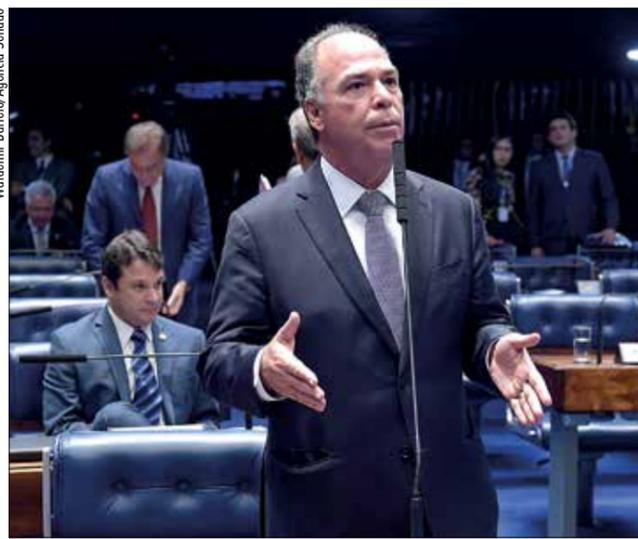
O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou ontem que vai conversar com a presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, sobre o andamento da PEC Paralela, que amplia o alcance da reforma da Previdência. Segundo Davi, o texto deve ser votado na comissão em 6 de novembro. No mesmo dia, a proposta deverá ser votada no Plenário do Senado e enviada para análise da Câmara dos Deputados. **3**

Eleição pode ter manipulação virtual, diz especialista

Especialistas ouvidos ontem pela CPI Mista das Fake News advertiram que as cidades brasileiras podem estar vulneráveis à coleta de dados de usuários para alimentar operações de impulsionamento de conteúdo virtual nas eleições do ano que vem. A fiscalização da internet e o fortalecimento da transparência no combate ao assédio também foram abordados pelos debatedores. O colegiado ouve hoje o deputado federal Alexandre Frota. **5**

Texto sobre periculosidade deve chegar até terça

Waldir Barreto/Agência Senado



Líder do governo no Senado, Bezerra se reuniu com ministro da Economia

O projeto de lei complementar que trata das aposentadorias de trabalhadores em condições de periculosidade deve ser enviado ao Congresso na próxima semana. A informação é do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, que participou ontem de reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

Há um acordo para que a promulgação da reforma da Previdência só ocorra após a aprovação do projeto. **3**

Projeto que prevê baixa gratuita de empresa volta à Câmara **3**

Presidente da Funcef promete reequilibrar contas **4**

Defesa agropecuária receberá até US\$ 195 milhões

Idroni/Governo de Rondônia



O programa foi criado para ampliar o controle de pragas e doenças em animais

Projeto de resolução aprovado ontem pelo Plenário e mais cedo pela Comissão de Assuntos Econômicos autoriza o governo a contratar empréstimo de até US\$ 195 milhões no Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária, criado para ampliar o controle de pragas vegetais e doenças em animais.

O relator, senador Angelo Coronel, recomendou a aprovação da proposta. **7**

Aprovada indicação para direção do Banco Central **7**

Debate aponta que ataque a refinarias não afeta Brasil **8**



Santa Cruz, Benedita, José Sarney, Eduardo Gomes, Pimenta, Benevides e Vilhena durante a sessão solene

Congresso celebra 31 anos da Constituição federal

Em sessão solene, deputados e senadores lembraram a promulgação da Carta Magna em 1988 e destacaram o trabalho dos constituintes e a importância do documento para a redemocratização do país

OS 31 ANOS da Constituição, completados em 5 de outubro, foram celebrados ontem numa sessão solene do Congresso. Principal símbolo do processo de redemocratização, a chamada Constituição Cidadã foi promulgada pelo deputado e presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, morto em um acidente aéreo em 1992.

Um dos autores do requerimento para a homenagem, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) observou que a Carta Magna resultou de um pacto pela democracia que significou o fortalecimento da educação pública, a reafirmação da soberania nacional e a garantia das cláusulas pétreas.

Ele disse que a unidade nacional foi o que possibilitou a elaboração do documento, significando o fim dos 21 anos de ditadura militar e a recuperação da plena democracia no Brasil. O deputado disse ser necessário reafirmar a independência do país e continuar

garantindo o respeito entre os Poderes da República.

— É uma homenagem aos constituintes, um reconhecimento às suas trajetórias, mas também um momento de afirmação: cláusulas pétreas não podem ser rasgadas, nem a vontade do constituinte pode ser ignorada. Defender a Constituição é defender a educação pública, a saúde pública, a Previdência, a seguridade social, a soberania e tantas outras conquistas escritas neste documento.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que foi constituinte, disse que a elaboração da Carta significou o atendimento às aspirações coletivas e individuais dos brasileiros, além da garantia de manutenção do Estado democrático de direito. Ela lembrou do dia em que presidiu uma das reuniões da Assembleia Nacional e viu todos os segmentos do país representados no Plenário e nas galerias da Câmara dos Deputados.

— Havia um Brasil inteiro na Casa. Uma esperança enorme de termos uma Constituição que pudesse trazer o equilíbrio necessário à inclusão, ao combate às injustiças e em favor do desenvolvimento econômico do nosso país.

Confiança

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, destacou o fortalecimento das instituições por meio da Constituição de 1988. Para ele, o desafio agora é renovar a confiança da nação no Estado democrático de direito, “única forma de solucionar os graves problemas enfrentados pelo povo brasileiro”.

Também participaram da solenidade autoridades como o ex-presidente José Sarney, o ex-senador Mauro Benevides, o segundo-secretário do Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), e o embaixador de Angola, Florêncio Mariano da Conceição e Almeida.

Audiência pública debate estímulo ao turismo cívico

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debate hoje, às 9h, o estímulo ao turismo cívico. Foram convidados representantes da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis e da Secretaria de Turismo do Distrito Federal. A audiência atende requerimento de Izalci Lucas (PSDB-DF), que, em sua justificativa, pediu

ênfase ao turismo cívico em Brasília. O senador sugere estímulos a visitas de estudantes do ensino fundamental e médio à capital federal com foco em história política do Brasil, funcionamento dos Poderes e patrimônio cultural.

“Para qualquer jovem estudante, conhecer a capital de seu país, mais do que um passeio, deveria ser uma aula de cultura, história e cidadania”, avalia o senador Izalci.

Jayme Campos defende Benefício Universal Infantil

Jayme Campos (DEM-MT) informou ontem que o relator da PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019), Tasso Jereissati (PSDB-CE), acatou emenda de sua autoria que prevê a criação do Benefício Universal Infantil. De acordo com ele, sua sugestão propõe a unificação de políticas sociais já existentes, como o abono salarial, o salário-família e a dedução do Imposto de Renda para dependentes.

A fusão, explicou, permitirá a inclusão de 17 milhões de crianças em situação de vulnerabilidade.



Waldemir Beneito/Agência Senado

Falas de Bolsonaro não ajudam o país, afirma Rose

Rose de Freitas (Podemos-ES) repudiou ontem a publicação de vídeo pela conta do presidente Jair Bolsonaro no Twitter em que deprecia várias instituições da República, incluindo o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), comparando-se a um leão sendo atacado por muitas hienas. Ela também criticou a postura diante do presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández.

— Todas as palavras ditas, lançadas como flechas envenenadas, não nos ajudam em nada. Não pode e não deve! Parece uma guerra de crianças! Isso tem custos para este país — afirmou a senadora.

Sindicato homenageia servidores do Senado

Quatro servidores do Senado foram homenageados pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis) durante o lançamento do Projeto Gente que Inspira, na segunda-feira, Dia do Servidor Público: o criador do programa LexML, João Lima; o consultor legislativo Gilberto Guerzoni, especialista em direito eleitoral; a ex-secretária-geral da Mesa Claudia Lyra; e a relações públicas Lucyana Vega, pelo papel na criação do Projeto Jovem Senador. Também houve uma homenagem póstuma à primeira mulher a ocupar a Secretaria-Geral da Mesa, Sarah Abrahão.

Gente que Inspira é um programa do Sindilegis que tem o objetivo de valorizar o servidor público, para levar ao conhecimento da sociedade iniciativas na Câmara dos Deputados, do Senado e do Tribunal de Contas da União (TCU) que têm revolucionado os serviços oferecidos pela administração pública. Essa foi a

primeira edição do programa, que homenageará, a cada ano, três servidores de cada Casa.

Para a diretora-geral, Ilana Trombka, foi “uma belíssima homenagem a todos os servidores do Legislativo”.

Incentivo

Diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Érica Ceolin afirmou que, ser reconhecido pelo Gente que Inspira, além de um incentivo para o premiado, é uma mola propulsora para que outros se

empenhem e acreditem que é possível fazer a diferença no serviço público com inovação e qualidade.

O evento, realizado pelo Sindilegis no Centro de Convenções de Brasília, teve também palestra do médico Drauzio Varella, performance do artista Marcos Casuo, que trabalhou oito anos no Cirque du Soleil, e apresentação da psicóloga Carla Furtado sobre felicidade. No final, os participantes assistiram ao show da banda Titãs.



Projeto Gente que Inspira foi elogiado pela diretora-geral, Ilana (D)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDR Turismo cívico**
9h Audiência sobre o fomento ao turismo cívico no Brasil.
- CAS Avaliação biopsicossocial**
9h30 Pauta de 23 itens. Às 10h, audiência para debater dificuldades da avaliação biopsicossocial de pessoa com deficiência.
- CCJ Retenção do FPE**
10h Entre 36 itens, a PEC 10/2019, que trata de retenção do Fundo de Participação dos Estados pela União.
- CCT Radiodifusão**
10h Na pauta de 29 itens, projetos de renovação de serviço de radiodifusão.
- CRA Comércio agropecuário**
11h Audiência para avaliar política pública sobre o comércio internacional agropecuário.
- MP 889/2019 Saque do FGTS**
11h Análise do relatório sobre a medida.
- FAKE NEWS Depoimento**
13h Deputado federal Alexandre Frota.
- CMA Mudança do clima**
14h Audiência pública para avaliar a Política Nacional de Mudança do Clima.
- CMCVM Plano de Equidade do Senado**
14h Audiência pública para divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado. A diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, é uma das convidadas.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta a PEC 19/2014, que inclui na Carta Magna o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.
- CMMC Biocombustíveis**
14h30 Audiência debate biocombustíveis e a matriz elétrica nacional.
- MP 891/2019 Décimo terceiro**
14h30 Análise do relatório sobre a medida que antecipa o 13º de beneficiários do INSS.
- MP 893/2019 UIF no Banco Central**
14h30 Relatório da medida que transforma o Coaf na Unidade de Inteligência Financeira.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Aprovado incentivo para Minha Casa, Minha Vida

Projeto retoma regime especial de tributação que vigorou até dezembro do ano passado para construção e incorporação de imóveis residenciais de até R\$ 100 mil pelo programa habitacional

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que restabelece regime especial de tributação para a incorporação de imóveis residenciais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. O PL 888/2019 restaura o Regime Especial de Tributação (RET) para unidades residenciais de até R\$ 100 mil. Esse regime especial valeu até 31 de dezembro de 2018, mas, com o fim do incentivo, as construtoras voltaram ao regime comum, com mais imposto a pagar. O texto segue para sanção.

Por meio do RET, a incorporadora recolhia o equivalente a 1% da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de três contribuições. O projeto estabelece que o regime volte a produzir efeitos para as incorporações que, até 31 de dezembro de 2018, tenham sido registradas e os contratos assinados.

O texto original também criava novas regras para o regime especial a partir de 1º de janeiro de 2019. Mas o relator, senador Wellington Fagundes (PL-MT), apresentou emenda para que as novas regras passem a valer em 2020. Para ele, essa é “uma das mais relevantes medidas do Congresso Nacional neste momento do país” e vai ajudar a reaquecer a economia e gerar empregos.

O projeto foi elogiado por vários senadores. Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse que o Minha Casa, Minha Vida é um programa de grande importância para as famílias de baixa renda do país.



Wellington Fagundes destaca importância do programa para a baixa renda

Alvaro Dias (Podemos-PR) informou que o programa vem encontrando dificuldades nos últimos meses. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o projeto é necessário, já que o programa estaria “praticamente paralisado”.

Zenaide Maia (Pros-RN) afirmou que o programa gera empregos e renda e movimentaria a economia dos municípios. Rogério Carvalho (PT-SE) avaliou que o Minha Casa, Minha Vida é “um dos maiores programas de habitação popular da história do Brasil” e mudou a vida de milhões de famílias, além de ajudar a aquecer a economia.

Major Olimpio (PSL-SP) avaliou que o benefício tributário vai ajudar na geração de emprego e renda e é uma forma de aquecer a economia. Ele acrescentou que o déficit habitacional no Brasil é “absurdamente grande”. Rose de Freitas (Podemos-ES) disse que muitos projetos que ainda não saíram do papel poderão contar com o benefício, estimulando o programa.

Davi Alcolumbre diz que PEC Paralela será votada até 6 de novembro

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou ontem que vai conversar com a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), sobre o andamento da PEC que amplia o alcance da reforma da Previdência (PEC 133/2019). Segundo Davi, a PEC Paralela deve ser votada na CCJ em 6 de novembro. No mesmo dia, a proposta deverá ser votada no Plenário e enviada para análise da Câmara dos Deputados.

Davi também sinalizou que, logo após a votação da PEC Paralela, será pautado o projeto que trata das aposentadorias de trabalhadores em condições de periculosidade.

Senadores reagem a sugestão do STF para evitar prescrições

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, leu ontem em Plenário o ofício do Supremo Tribunal Federal (STF) com uma sugestão de alteração no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940). De acordo com o texto assinado pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, a alteração impediria a prescrição de uma ação penal quando houver recurso dentro de um processo. A medida evitaria a extinção da punibilidade por prescrição nos tribunais superiores.

— Feita a leitura do ofício, vamos aguardar que algum parlamentar possa fazer a apresentação desse projeto, se assim entender — registrou Davi.

A sugestão do Supremo provocou reação em Plenário. Esperidião Amin (PP-SC) disse que, no momento em que o Supremo está decidindo a legalidade da prisão em segunda instância, a sugestão pode ser interpretada como uma tentativa do STF de transferir “uma parte da casca da batata quente” para o Senado.

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) destacou que

os parlamentares costumam criticar o Supremo por legislar, ocupando o vazio do Congresso. O senador disse que já existe um projeto de sua autoria com o mesmo assunto (PLS 658/2015), em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Acrescentou que o texto foi uma sugestão do ministro Edson Fachin, também do STF. Alvaro Dias agradeceu a sugestão de Toffoli, mas cobrou mais iniciativa do Senado.

— O Senado deveria ser o líder do debate nacional nas questões essenciais para o país. Mas, quase sempre não lideramos — questionou o senador, acrescentando que também já existe uma proposta (PEC 5/2019) que trata da prisão em segunda instância em análise na Casa.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o ofício é “no mínimo inoportuno” diante das circunstâncias. Ele lembrou que os poderes da República são independentes e harmônicos e que a responsabilidade de tomar uma decisão sobre a prisão em segunda instância é agora do STF.

Deputados vão reanalisar baixa gratuita de microempresa inativa

Foi aprovado ontem projeto que prevê baixa gratuita e automática do registro de pequenas empresas que estejam sem atividade há mais de três anos. Como foi alterado pelo Senado, o projeto retorna à Câmara.

De acordo com o PLC 198/2015, a microempresa, empresa de pequeno porte ou o empresário individual que, comprovadamente, não tenha requerido arquivamento ou não tenha feito qualquer

atividade, inclusive aplicação no mercado financeiro de capitais, por pelo menos três anos, terá seu registro cancelado pelo oficial do Registro de Empresas Mercantis ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas sem precisar pagar qualquer taxa. A não ser que, após comunicado, informe que pretenda continuar em atividade. O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

Vai à Câmara fim de portaria que restringe mamografia

O Plenário aprovou ontem o projeto de decreto legislativo que susta a portaria do Ministério da Saúde que restringe o acesso ao exame de mamografia pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O PDS 377/2015, do senador Lasier Martins (Podemos-RS), será votado pela Câmara dos Deputados.

Para a senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), o governo mostrou insensibilidade ao editar a Portaria 61/2015, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas fora da faixa etária de 50 a 69 anos. Rose disse que o câncer de mama é a enfermidade que mais acomete mulheres no Brasil e que a ocorrência da doença, em 2019, é estimada em 59,7 mil novos casos.



Para Simone, o atual governo já deveria ter revogado a portaria

Eliziane Gama (Cidadania-MA) ressaltou que a portaria limita o acesso de milhares de mulheres que podem ter a doença e que, se não forem tratadas, podem morrer. Segundo ela, se o médico pede o exame é porque ele tem razões para isso, como a história genética da paciente, por exemplo.

Kátia Abreu (PDT-TO) lembrou que a Lei 11.664, de 2008, já obriga e determina a realização de exames de mamografia pelo SUS. O atual governo já deveria ter revogado a portaria, disse Simone Tebet (MDB-MS). Leila Barros (PSB-DF) disse entender que a iniciativa do governo afronta o direito constitucional à saúde, e vai contra recomendações médicas internacionais.

O senador Lucas Barreto (PSD-AP) cobrou a ampliação da oferta de exames para detecção dos cânceres de mama e de útero pelo SUS. Nelsinho Trad (PSD-MS) destacou que a campanha Outubro Rosa é destinada justamente ao combate do câncer de mama, e Rogério Carvalho (PT-SE) disse que saúde pública implica vigilância.

Projeto sobre periculosidade será entregue até terça-feira

Deve ser enviado ao Congresso na próxima semana o projeto de lei complementar que trata das aposentadorias de trabalhadores em condições de periculosidade. A informação é do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que participou ontem de reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

— Acredito que até o início da próxima semana, na segunda ou terça-feira, o texto estará disponível para ser formalizado e apreciado pela

Comissão de Constituição e Justiça e, a depender do entendimento das lideranças, com a urgência necessária para trazer a matéria ao Plenário — disse Fernando Bezerra Coelho.

O líder do governo informou que uma nova reunião está marcada para hoje, às 18 horas, em seu gabinete. O encontro deve ter a presença de lideranças partidárias para buscar um entendimento sobre o texto a ser apresentado. Segundo Bezerra, o acordo é que a promulgação da reforma ocorra só após a aprovação do projeto.

Funcef espera equilibrar contas, diz presidente

À frente da fundação responsável pela aposentadoria complementar dos funcionários da Caixa, Renato Villela participou de audiência na Comissão de Direitos Humanos

A AUDIÊNCIA SOBRE irregularidades em fundos de pensão, ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), foi marcada por divergências entre o presidente da Fundação dos Economistas Federais (Funcef), Renato Villela, e a representante da Associação Nacional dos Beneficiários Reg/Replan da Caixa (Anberr), Maristela Guerra.

Além de discutir os planos para o reequilíbrio das contas da Funcef, a audiência também tratou da possível venda de ativos da Caixa, como loterias, seguros e cartões.

Segundo Villela, a gestão da Funcef tem enfrentado com “trabalho duro, focado e diuturno” os problemas decorrentes do desvio de recursos que levaram a entidade a ser alvo da Operação Greenfield, da Polícia Federal.

Ele afirmou que a Funcef hoje se destaca pela baixa taxa de administração cobrada a seus participantes e pela elevada rentabilidade de seus planos de investimento e lembrou que a capacidade técnica dos novos funcionários foi essencial para o ressarcimento de prejuízos de “anos de dificuldade”.



Renato Villela e a senadora Soraya Thronicke, que presidiu a audiência na comissão

— Essa mudança de equipe foi fundamental para conseguirmos trazer para a Funcef R\$ 1,75 bilhão do acordo de leniência da J&F — afirmou.

Maristela Guerra, porém, apontou a falta de parecer técnico para vários investimentos da Funcef: ela destacou o caso da Sete Brasil, que teria tomado recursos de fundos de pensão em negócio de alto risco.

Ao cobrar uma legislação mais rígida contra gestão temerária ou fraudulenta, Maristela pediu o retorno rápido dos recursos desviados, lembrando que os

beneficiários da Funcef estão sendo submetidos a descontos exagerados para cobrir um rombo a que não deram causa.

— Somos nós, participantes, que sofremos os descontos nos contracheques que se sobrepõem a todos os outros descontos. Parece que a lei favorece quem comete ilícitos — lamentou.

O desempenho negativo da Investimentos e Participações em Infraestrutura (Invepar), que teria dado grande prejuízo aos fundos de pensão, foi admitido por Villela, que citou como

exemplo de erro de avaliação a concessão da rodovia BR-040, em face de compromissos incompatíveis com os valores de outorga e de pedágio. Porém, ele negou que a Funcef tenha investido R\$ 300 milhões na Invepar.

— Não. Compramos debêntures da Invepar, que estão pagando IPCA mais 15%. Quero saber se alguém aqui conhece aplicação melhor que esta — indagou.

Maristela retrucou, apontando o mau desempenho da Invepar e a remuneração elevada em um cenário de juros baixos.

— Imagino o risco desse negócio: quanto maior o risco, maior a remuneração.

Villela também respondeu a questionamentos de Maristela Guerra sobre o aeroporto de Guarulhos, que pagaria um custo de outorga muito grande para uma operação que não gera lucros. Ele disse que Guarulhos deverá voltar a gerar renda para a Invepar e a Funcef mediante uma nova política de investimentos, “correta e segura” que aprenda com os erros do passado.

Senado aprova criação de grupos parlamentares de cooperação

O Plenário aprovou ontem dez projetos de resolução que instituem grupos parlamentares no Congresso Nacional para cooperação interparlamentar com diversos países, entre eles Panamá, Reino Unido, Estados Unidos e França. Os projetos vão à promulgação.

O objetivo desses grupos é incentivar e desenvolver as relações entre os parlamentos dos países ou blocos, facilitar a aprovação congressual de atos bilaterais e tratar questões de interesse legislativo comum.

Cada grupo pode ser integrado por qualquer deputado federal e qualquer senador que assim o desejar. A senadora Leila Barros (PSB-DF) relatou favoravelmente à criação de todos os grupos parlamentares. Ela lembrou que a cooperação entre os povos é um princípio da República.

— A instituição de frentes e grupos parlamentares que visam à potencialização da cooperação institucional



De acordo com Leila, a cooperação entre os povos é um princípio da República

internacional constitui-se em clara manifestação do exercício de liberdade de opinião, de associação e de manifestação do pensamento que todo parlamentar possui em um regime democrático. Não nos esqueçamos ainda que a cooperação entre os povos, no caso, com a mediação dos respectivos parlamentos, é princípio que orienta a atuação do Brasil em suas relações internacionais. Em um mundo globalizado, em que os países maximizam suas vantagens comparativas e suprem suas carências mediante a ação coletiva e coordenada, a instituição de grupos ou frentes parlamentares de cooperação há de ser saudada. O mérito das proposições é inegável — disse Leila.

A cooperação prevê a realização de visitas e reuniões regulares; congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações.

Relatório de MP que antecipa 13º de aposentados deve ser votado hoje

A comissão mista da medida provisória que antecipa o pagamento de parte do 13º salário de aposentados vota hoje o relatório preliminar apresentado pelo deputado Fernando Rodolfo (PL-PE), que acatou duas das 20 emendas apresentadas à proposição.

A MP 891/2019 determina que metade do 13º salário dos segurados e dependentes da Previdência Social seja paga com os benefícios do mês de agosto todos os anos. Antes da MP, a antecipação dos valores já era feita, mas precisava ser confirmada a cada ano pelo governo. A medida também estabelece que a análise dos processos administrativos de requerimento inicial e de revisão de benefícios administrados pelo INSS cujo prazo legal para conclusão tenha expirado até 15 de junho integrará o Programa

Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade.

Entre as mudanças contidas no projeto de lei de conversão da MP, estão o pagamento do auxílio-doença pelo empregador por até 120 dias de afastamento, com a devida compensação tributária, reavaliação médica pericial da incapacidade em caso de denúncia, desconto do imposto de renda sobre o abono anual apenas em sua segunda parcela, alteração das regras para celebração de acordos de cooperação técnica entre o INSS e órgãos e entidades da União, dos estados e do DF e restrição à compensação previdenciária nos casos de haver dívida com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS). A perícia médica deverá ocorrer até 45 dias após a data do requerimento do benefício.

Comissão analisa medida provisória que transfere Coaf ao Banco Central

A comissão mista que analisa a transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Banco Central (BC) se reúne hoje para votar o relatório do deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR). Além de deslocar o órgão para a autoridade monetária, a Medida Provisória 893/2019 muda o nome do Coaf para Unidade de Inteligência Financeira (UIT) e permite a nomeação de não servidores públicos para integrar o órgão.

Pelo texto do governo, o conselho pode ser composto por no mínimo 8 e no máximo 14 conselheiros. O relator, no entanto, restaura em seu relatório o nome Coaf e também altera a estrutura organizacional determinada pela MP.

Apresentado na semana passada, o relatório, que dá origem a um projeto de lei de conversão, determina que a estrutura do Coaf será composta por uma presidência e um plenário e também por um quadro técnico. O plenário, em substituição ao conselho deliberativo, será composto pelo presidente do Coaf e por mais 11 integrantes, todos servidores efetivos ligados a áreas econômicas, como Receita Federal e Conselho de Valores Mobiliários (CVM). O quadro técnico compreenderá a secretaria-executiva e as diretorias especializadas.

Stephanes Junior informou que foram apresentadas 70 emendas, das quais acatou integralmente apenas 3. O deputado, no entanto, aproveitou parcialmente outras 42 sugestões.

Grupos parlamentares

	BRASIL—PAÍSES BAIXOS
	BRASIL—PANAMÁ
	BRASIL—REPÚBLICA DO CONGO
BRASIL—MERCOSUL—ALIANÇA DO PACÍFICO	
	BRASIL—ISRAEL
	BRASIL—COREIA DO SUL
BRASIL—PAÍSES ÁRABES	
	BRASIL—REINO UNIDO
	BRASIL—FRANÇA
	BRASIL—ESTADOS UNIDOS

CPI das Fake News: especialista alerta para manipulação virtual de eleições

Participantes de debate disseram que é preciso fortalecer a transparência e a fiscalização na internet para combater também o assédio

AS CIDADES BRASILEIRAS podem estar vulneráveis à colheita de dados de usuários para alimentar operações de impulsionamento de conteúdo virtual nas eleições do ano que vem, alertaram especialistas em segurança da internet na CPI Mista das Fake News.

Hoje, às 13h, a comissão recebe o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP). O convite foi feito pela deputada Luizianne Lins (PT-CE). Segundo ela, Frota demonstra ser “conhecedor” dos bastidores da produção de conteúdo político para a internet.

Na audiência de ontem, o fundador da ONG SaferNet Brasil, Thiago Tavares, disse que o dado pessoal é a “matéria-prima” para campanhas massivas de desinformação.

— Enquanto o foco está voltado para as grandes plataformas, ninguém olha para a fonte rica que são os provedores de acesso. No Brasil, quase 40% das conexões são prestadas por pequenos e médios provedores, que têm atuação municipal e não estão submetidos à mesma carga regulatória.

Segundo Tavares, para uma campanha de propaganda nas redes sociais, não interessa se as reações são positivas (curtidas e compartilhamentos) ou negativas (críticas e contestações), porque o importante é movimentar o conteúdo.

— As interações são entendidas pelos algoritmos da plataforma como um sinal de relevância e autoridade.



Thiago Tavares fala em audiência comandada por Angelo Coronel (D)

O destaque obtido pela mensagem pode atrair a atenção da mídia tradicional, transformando-a em “assunto do momento” e gerando ainda mais repercussão.

— Não estamos falando de notícias imprecisas, é algo muito maior, que envolve a utilização massiva de dados pessoais para a amplificação de conteúdos deliberadamente criados para manipular algoritmos e gerar engajamento.

A recomendação dele é dar foco a medidas que aumentem

a capacidade das instituições de detectarem e responderem a esse tipo de interferência e fortalecer a transparência e a prestação de contas de empresas de tecnologia.

Tavares disse que a SaferNet também atua na vigilância virtual contra a exploração sexual e o assédio moral e, em 12 anos de existência, a ONG já ajudou a derrubar cerca de 25 mil páginas em mais de 100 países, a partir de 4 milhões de denúncias anônimas. Mais da metade das denúncias se

referia a crimes de ódio.

O delegado da Polícia Civil do Piauí Alessandro Barreto é coordenador do Laboratório de Inteligência Cibernética, uma divisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública que alimenta a Operação Luz na Infância. O trabalho do laboratório, explicou Barreto, desde 2017, é identificar indivíduos que armazenam conteúdo predatório contra crianças e adolescentes e acionar os órgãos de segurança locais.

Segundo ele, a legislação brasileira ainda tem falhas que atrapalham a proteção de jovens no ambiente virtual. É preciso obter ordem judicial para conseguir um IP (número de identificação de um computador), apesar de essa informação não carregar nenhum conteúdo pessoal do usuário. As penas também são pequenas, segundo ele.

O médico Carlos Felipe D’Oliveira, da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio (Abeps), afirmou que as taxas de suicídio no Brasil aumentaram em 10% desde 2013, e o tema do *cyberbullying* não comporta a obtenção de resultados imediatos. Para ele, o Brasil precisa de um plano de prevenção regionalizado, porque as taxas de suicídio têm características diferentes por regiões. No interior, a circulação de conteúdo privado (por aplicativos de mensagens, por exemplo) tem impacto maior do que nas grandes cidades.

Angelo Coronel questiona prazo para encerramento da comissão mista

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) questionou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, sobre o prazo final para os trabalhos da CPI Mista das Fake News, que ele preside.

A comissão foi instalada em 4 de setembro para funcionar por seis meses, mas o Regimento Interno

do Senado determina que todas as comissões temporárias devem ser encerradas no final do ano.

O senador quis saber se valerá a regra do regimento ou o prazo solicitado pelo requerimento que criou a CPI mista. Davi disse que responderá hoje ao questionamento.

Colegiado sobre o favorecimento à Leros aprova plano de trabalho

A subcomissão temporária criada para buscar informações sobre a possível tentativa de favorecimento ilegal a uma empresa brasileira que atua no setor de energia, a Leros, se reuniu ontem para apreciar o plano de trabalho. O documento, proposto pelo relator, Jaques Wagner (PT-BA), foi aprovado.

O plano sugere quatro atividades: a apresentação de requerimentos de informações aos ministros de Minas e Energia e das Relações Exteriores sobre o tema, a realização de ao menos duas audiências públicas sobre o assunto, a promoção de uma viagem da subcomissão ao Paraguai, com o intuito de se inteirar de todas as informações disponíveis e dialogar com parlamentares, especialistas e autoridades governamentais, e a elaboração de relatório.

Para as audiências, o relator sugeriu que sejam convidados representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e de Minas e Energia, da Eletrobras, da Itaipu Binacional, da Aneel e da empresa Leros, além de especialistas independentes em energia elétrica e acadêmicos especializados nas relações bilaterais Brasil-Paraguai.

Sugestão

O presidente do colegiado, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), concordou com o proposto no documento e apenas sugeriu que a viagem seja realizada antes das audiências para que os membros da subcomissão possam coletar mais informações sobre o caso.

O colegiado foi criado no âmbito da Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e terá o prazo de 60 dias para concluir seus trabalhos. O intuito é investigar a tentativa de favorecimento ilegal à empresa Leros, à qual teria sido prometida a venda de energia excedente do Paraguai no mercado livre de energia do Brasil a preços e condições imbatíveis.

Segundo Wagner, é importante que o Senado investi-

gue devido aos problemas que a situação causou para o relacionamento diplomático entre Brasil e Paraguai.

— Não podemos ficar alheios a um episódio que criou um verdadeiro barulho dentro do Paraguai. Creio que a negociação que foi feita na famosa ata não olhou com a devida cautela, principalmente se tratando de relação diplomática — ressaltou Wagner.



Plano de trabalho apresentado por Jaques Wagner propõe audiências

Rogério agradece presidente do Senado por apoio ao Nordeste

Rogério Carvalho (PT-SE) agradeceu o de solidariedade do presidente do Senado, Davi



Alcolumbre, ao exercer o cargo de presidente da República na semana passada. Davi visitou na quinta-feira algumas das praias do Nordeste atingidas pelo vazamento de óleo. O senador aplaudiu a prorrogação do seguro-defeso, em favor de pescadores atingidos pelo desastre, e destacou a grande mobilização do povo nordestino para tentar limpar as áreas do litoral. Rogério também elogiou a edição de uma medida provisória para auxiliar municípios atingidos pelo óleo.

Senadores vão encaminhar manifesto ao STF, afirma Lasier

Lasier Martins (Podemos-RS) informou em Plenário que um grupo de senadores vai encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma carta aberta com manifestação favorável à prisão em segunda instância e descrição das consequências da mudança no entendimento da corte sobre o tema. Segundo Lasier, o julgamento em curso no STF vem causando apreensão na sociedade brasileira, devido à possibilidade de os ministros reverterem o atual entendimento — de que é possível a prisão após condenação em segunda instância — e com isso concederem o direito à liberdade a quase 5 mil criminosos, entre eles, os que cometeram crime de corrupção.

Marcos Rogério quer que Congresso aprove prisão em 2ª instância

Marcos Rogério (DEM-RO) defendeu que o Congresso Nacional aprove propostas para tornar possível a prisão em segunda instância, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) decida pela inconstitucionalidade. De acordo com o senador, é praticamente impossível ser julgado inocente pelas cortes superiores após ser condenado nas instâncias inferiores. Por isso, não há prejuízo em o réu aguardar o julgamento dos recursos cumprindo pena.

— Considerar o princípio da presunção da inocência como direito de ficar solto até o trânsito em julgado da sentença penal representa um amplo e injustificável posicionamento favorável aos autores de crime.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Comissão presidida por Luis Carlos Heinze terá deputados Pedro Lupion como relator e Benes Leocádio como vice

Comissão aprova agenda para MP do Crédito Rural

Presidido pelo senador Luis Carlos Heinze, colegiado misto elegeu ontem o deputado Benes Leocádio como vice. Plano de trabalho inclui visitas técnicas a órgãos do Executivo e audiências nos estados

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que estabelece medidas ligadas ao crédito e financiamento de dívidas de produtores rurais aprovou ontem o plano de trabalho, com as alterações propostas e acatadas pelo relator da MP 897/2019, deputado Pedro Lupion (DEM-PR). O deputado Benes Leocádio (Republicanos-RN) foi eleito, por aclamação, vice-presidente do colegiado.

O presidente é o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS). O plano de trabalho inclui visitas técnicas a órgãos do Poder Executivo, reuniões com entidades de classe do agronegócio e especialistas do setor privado e audiências públicas nos estados.

No Congresso, a comissão vai promover três audiências abordando os temas: Patrimônio de Afetação, Fundo de Aval Fraternal (FAF), Equalização de Juros e Outros e Cédula de Produto Rural (CPR) e Títulos do Agronegócio. A votação do relatório está prevista para o dia 27 de novembro.

O deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO) destacou a importância da MP, afirmando que quem milita e trabalha no setor agrícola espera há anos pela alteração da política agrícola.

— A medida provisória vem ao encontro daquilo que a gente sempre imaginou, de melhorar os instrumentos de

política agrícola necessária para o nosso país. Além da questão da CPR lastreada em moedas estrangeiras, que atrai para o mercado nacional do agronegócio investidores internacionais — disse.

Por solicitação do deputado Bohn Gass (PT-RS), serão convidados representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, da Cresol Confederação, da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias, da Comissão de Valores Mobiliários, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina.

Heinze afirmou que as solicitações de convidados serão incorporadas no plano. Ele disse que outros temas sugeridos pelos parlamentares estão um pouco fora da proposta da MP, mas poderão ser discutidos nas audiências realizadas nos estados.

Garantia solidária

A MP do Crédito Rural, também conhecida como MP do Agro, está em vigor desde 2 de outubro. Ela criou o chamado Fundo de Aval Fraternal (FAF) para permitir aos produtores ter garantia solidária para renegociar dívidas de ope-

rações de crédito rural. O texto estabelece uma série de medidas ligadas ao crédito e financiamento de dívidas de produtores rurais. Entre elas, está a ampliação do volume de créditos disponíveis para o agronegócio e a concessão facilitada de financiamentos (por meio de um fundo solidário) para renegociação de dívidas e construção de armazéns. A MP complementa medidas previstas no Plano Safra 2019-2020

O texto está dividido em três frentes: o primeiro é de medidas voltadas para criação de condições visando à redução das taxas de juros por meio da ampliação e melhoria das garantias oferecidas em operações de créditos rural.

O segundo grupo expande o financiamento do agronegócio com recursos livres por meio do mercado de capitais. Nesse grupo estão medidas que modernizam a CPR, os títulos do agronegócio e outros títulos bancários.

A terceira parte busca melhorar a competição no crédito rural. Estão nesse grupo a equalização de taxas de juros para todos os agentes financeiros que operam crédito rural e a possibilidade de subvenção econômica para construção de armazéns pelos cerealistas.

A comissão tem 13 senadores e 13 deputados, com o mesmo número de suplentes.

Esteio (RS) poderá se tornar Capital da Solidariedade

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem relatório do senador Lasier Martins (Podemos-RS) que reconhece a cidade de Esteio (RS) como a Capital Nacional da Solidariedade (PL 4.488/2019).

— Embora a cooperação, a vida em comunidade e a ajuda ao próximo estejam presentes na história da cidade, nos últimos anos este sentimento ficou mais forte ainda. Esteio, nesse período, foi atingida por diversas enxurradas e tempestades que resultaram em enormes prejuízos a seus habitantes.

A superação destas adversidades só foi possível graças à solidariedade do povo, que de forma recorrente engaja-se em muitas campanhas de auxílio e doação àqueles que mais precisam. Além disso, diversas instituições realizam, de forma permanente, um trabalho de grande atuação junto às comunidades vulneráveis — justificou o senador.

Para Lasier, trata-se de uma justa homenagem não só à cidade, mas a todos que se dedicam à promoção do bem comum.

A análise da proposta segue agora ao Plenário.



Fortes chuvas aumentaram espírito cooperativo da cidade, diz Lasier

Reformas aumentarão desigualdade, diz Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) afirmou ontem que as manifestações no Chile, no Equador, no Líbano

e no Reino Unido servem de alerta para que o governo brasileiro corrija os rumos da política econômica.

Na opinião do senador, as reformas trabalhista e previdenciária, já aprovadas, e a administrativa, que está por vir, poderão ampliar o fosso social no Brasil.

— Nós continuaremos na luta para impedir que o Estado seja destruído como quer este governo, que haja a entrega das nossas riquezas e o fim da proteção dos direitos sociais da população.



Waldemir Borges/Agência Senado

Izalci pede apoio ao aumento de R\$ 9 bi em verbas para a educação

Izalci Lucas (PSDB-DF) pediu ontem apoio para o texto que apresentou na sexta-feira, re-

ferente ao financiamento da educação. Ele explicou que hoje 2,5% do faturamento das empresas é destinado ao salário-educação. A questão é que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa a maior parte para os estados e municípios.

— Esse projeto, em vez de passar 60% para estados e municípios, passa 100%. Todo esse recurso acaba ficando fora do teto. Nós poderíamos incrementar o orçamento da educação em torno de R\$ 9 bilhões.



Waldemir Borges/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Defesa agropecuária terá crédito de US\$ 195 milhões

Projeto de resolução foi aprovado ontem no Plenário e, mais cedo, na Comissão de Assuntos Econômicos. Também passou pelo crivo dos senadores autorização de empréstimo para Vila Velha (ES)

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo federal a contratar empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 195 milhões. Os recursos se destinam ao financiamento do Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária (Prodefesa), criado para fortalecer o controle de pragas vegetais e doenças em animais.

Mais cedo, o texto, proposto na MSF 71/2019, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador Esperidião Amin (PP-SC) chegou a pedir vista para obter mais informações sobre os critérios para distribuição de recursos. Mas antes do fim da reunião, o senador disse ter sido informado sobre o plano de aplicação dos recursos e retirou o pedido de adiamento da análise da proposta, liberando a votação.

Divisão

Os custos do projeto serão divididos da seguinte forma: US\$ 80 milhões para o controle e a erradicação de pragas vegetais e de doenças de animais (aftosa e outras); US\$ 80 milhões para melhoria na prestação dos serviços de defesa agropecuária; US\$ 35 milhões para cooperação técnica voltada ao fortalecimento institucional do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (Sisbravet), e para implantação do Parque Tecnológico em Defesa



Rose de Freitas e Kátia Abreu na Comissão de Assuntos Econômicos

Agropecuária junto ao Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Pedro Leopoldo (MG) e do Centro Regional de Avaliação de Risco.

O relator da mensagem na CAE, senador Angelo Coronel (PSD-BA), recomendou a aprovação da proposta. A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) afirmou que o programa beneficiará toda a produção agropecuária do país.

— Esse é um projeto com que o Ministério da Agricultura sonha há algum tempo. Ele é essencial para melhorar, corrigir distorções e modernizar a defesa agropecuária do país.

Também ontem, o Plenário aprovou em regime de urgência a autorização da Presidência da República para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o município de Vila Velha (ES) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de US\$ 27,6 milhões.

A autorização para o pedido

de empréstimo (Mensagem 82/2019) foi aprovada pela manhã na CAE.

De acordo com a prefeitura de Vila Velha, os recursos serão destinados ao Programa de Requalificação Urbana e Melhorias Ambientais na cidade, com o objetivo de viabilizar obras de drenagem e pavimentação de vias, calçadas e ciclovias e a instalação de pontos e abrigos de ônibus em pelo menos 30 bairros do município.

Infraestrutura

O programa também pretende utilizar os recursos para estruturar unidades de conservação e preservação ambiental no município. O relator na comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), recomendou a aprovação do empréstimo. Ao pedir o apoio dos senadores à operação de crédito, a senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) afirmou que a prefeitura precisa dos recursos para melhorar a infraestrutura do município.

Plenário aprova indicação de Fabio Kanczuk ao Banco Central

O Plenário aprovou ontem a indicação de Fabio Kanczuk para assumir a Diretoria de Política Econômica do Banco Central (BC), por 51 votos a favor, 7 contra e 1 abstenção. Antes, Kanczuk foi sabatinado e teve o nome aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Foram 16 votos favoráveis e 4 contrários.

O assunto mais recorrente nas perguntas a Kanczuk foi o problema do *spread* bancário — diferença entre os juros que os bancos pagam para captar recursos e os juros que cobram quando emprestam esse dinheiro.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) ressaltou que, apesar de o Comitê de Política Monetária (Copol) ter adotado um ciclo de redução da taxa básica de juros (Selic) ao longo de 2019, o custo do crédito no Brasil prossegue alto.

— O que podemos fazer

para que os juros se tornem civilizados para a economia, para o consumidor e para as empresas na economia real? — indagou o senador.

Rose de Freitas (Podemos-ES) e Elmano Férrer (Podemos-PI) também perguntaram sobre a possibilidade de redução de juros para empresários e pessoas físicas.

Kanczuk apontou a alta inadimplência e a dificuldade de recebimento das garantias dadas pelos clientes na hora de contratar um empréstimo como razões que impedem a cobrança de juros mais próxima da Selic. Para ele, o cadastro positivo, ainda que não tenha impactado significativamente o setor, pode ajudar a reduzir os juros, quando se consolidar.

O relator na CAE, Otto Alencar (PSD-BA), destacou “o alto nível de qualificação profissional e a formação acadêmica e técnica” do indicado para a diretoria do BC.

Comissão discutirá qualidade da energia elétrica em Roraima

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou ontem requerimentos para audiências públicas. Um dos pedidos é para uma audiência sobre o alto preço e baixa qualidade da energia elétrica em Roraima.

De acordo com Telmário Mota (Pros-RR), Roraima é o único estado da federação não conectado ao Sistema Interligado Nacional e tem a energia elétrica fornecida pela Venezuela. Com a crise enfrentada pelo país vizinho,

o fornecimento de energia ficou ainda mais precário.

Outro requerimento, de Marcio Bittar (MDB-AC), é para uma audiência sobre a suspensão das ações de divulgação do pacote anticrime do Ministério da Justiça.

Também foi aprovado parecer sobre ofício enviado pela Companhia Nacional de Abastecimento com a análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo.

Consulta pública da Aneel sobre energia solar será tema de debate

A Comissão de Infraestrutura (CI) quer discutir a iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de alterar os incentivos para a geração distribuída de energia, como a solar. Os senadores da comissão aprovaram ontem um requerimento para realização de audiência a respeito do assunto.

De acordo com Marcos Rogério (DEM-RO), há uma grande celeuma sobre a consulta pública da Aneel que sugere aperfeiçoamentos ao modelo do sistema de compensação de créditos, com muitos argumentos contrários e favoráveis na mídia, no Congresso Nacional e na opinião pública. Para o senador, a discussão parece desviada e é preciso “desmistificar a matéria”.

Também de Marcos Rogério, o relatório ao projeto que permite a portabilidade da conta de luz (PLS 232/2016) sofreu pedido de vista coletiva. O senador fez um breve resumo das alterações que fez ao substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Uma delas, segundo o senador, foi a antecipação de prazos para a abertura do mercado livre e a permissão de que consumidores se reúnam, como no caso de condomínios, para união de interesses nessa adesão ao mercado livre.

— Essa é uma mudança substancial e importante. Permite reunião de consumidores por união de interesses de fato ou de direito, independentemente do nível de tensão, para migrar para o mercado livre.

Governo precisa ajudar Roraima, diz Chico Rodrigues

Chico Rodrigues (DEM-RR) pediu ontem que o governo federal tome providências para ajudar Roraima e amenizar os efeitos sociais e econômicos sofridos nos últimos anos com a crise migratória, pois milhares de venezuelanos têm cruzado a fronteira para fugir da crise.

— Para terem uma ideia de como vivemos essa questão da saúde, sem considerar a segurança, nós verificamos que os recursos não têm sido suficientes para atender a essa demanda, devido à permanência e à chegada continuada de venezuelanos ao nosso estado.



Waldemir Bonetti/Agência Senado

Fernando Bezerra elogia presidente do Banco Central

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) defendeu ontem o nome de Fabio Kanczuk para o cargo de diretor de Política Econômica do Banco Central. Para o senador, o indicado fará um bom trabalho com o presidente do banco, Roberto Campos Neto.

Bezerra disse que o dirigente merece grande reconhecimento pelos feitos neste último ano. Segundo o senador, a diminuição nas taxas de juros e de inflação são resultados do trabalho dele, assim como a especulação de que o crescimento do produto interno bruto (PIB) chegará a 1%.



Waldemir Bonetti/Agência Senado

Girão critica agência por taxar uso de painéis solares

Eduardo Girão (Podemos-CE) manifestou preocupação ontem com a proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de rever a sua Resolução 482, de 2012, sobre a geração distribuída. Trata-se do modelo em que o próprio consumidor gera energia elétrica, principalmente a partir de painéis solares, e injeta o excedente na rede elétrica.

— Estamos diante de uma redução dos estímulos para o consumidor que gera a própria energia, principalmente por meio de painéis solares, a forma de geração com maior potencial no mundo.



Waldemir Bonetti/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Amaral, da ANP, fala observado pelo presidente do colegiado, Marcos Rogério, e Mastella, da Petrobras

Para ANP, ataque a refinarias sauditas não afetaram Brasil

A agência e a Petrobras explicaram que o mercado não sofreu efeitos significativos, pois a retomada da produção de combustíveis foi rápida. Disseram ainda que estão ajudando a limpar as praias do Nordeste

OS ATAQUES COM drones a instalações de petróleo na Arábia Saudita, em 14 de setembro, fizeram o preço do petróleo disparar, com aumentos que não haviam sido registrados desde a Guerra do Golfo. A crise, porém, não teve efeitos significativos no mercado de combustíveis no Brasil, afirmaram participantes de audiência da Comissão de Infraestrutura (CI). O debate, proposto por Marcos Rogério (DEM-RO), também discutiu a contenção do derramamento de óleo no litoral nordestino.

Os ataques a duas das maiores refinarias de petróleo da Arábia Saudita foram reivindicados pelos rebeldes Houthi, do Iêmen, mas os Estados Unidos e até árabes dizem que o Irã está por trás das investidas, já que o país, além de apoiar o movimento rebelde, não tem boas relações com a Arábia Saudita.

Marcos Rogério disse que, ao convocar a audiência, a preocupação era como os ataques repercutiriam nas bolsas e no preço dos combustíveis em todo o mundo.

— Naquele momento o preço do barril tipo Brent, que baliza o valor da gasolina brasileira, já subia muito — lembrou.

De setembro para cá, o mercado mundial de petróleo absorveu os efeitos da crise saudita. Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Aurélio Amaral esclareceu que, embora o ataque dos drones num primeiro momento tenha reduzido a produção de petróleo saudita a menos da metade (interrompeu a produção de 5,7 milhões de barris por dia, cerca de 5% da produção global), a Arábia Saudita anunciou que usaria o estoque e a extração de outros campos para manter os contratos de exportação.

— Duas semanas após o ataque, a estatal Saudi Aramco anunciou que a produção já havia retornado ao nível anterior aos ataques, com

9,7 milhões de barris por dia, para também restabelecer os níveis do estoque usado. Com isso, as cotações, que tinham subido de 11% a 13%, voltaram aos patamares anteriores ao ataque — destacou Amaral.

Ele explicou que, apesar de ser o nono maior produtor de petróleo e gás do mundo e ter atingido a autossuficiência, o Brasil importa petróleo mais leve para ser misturado ao produzido aqui, que é mais pesado. A parcela de petróleo importado representa 11% da demanda nacional.

Cerca de 34% desse petróleo importado pelo Brasil vem da Arábia Saudita, o maior parceiro comercial brasileiro no Oriente Médio, e do norte da África. Da Argélia chegam 21% do que é comprado, e dos Estados Unidos, outros 20,5%. Outra importação relevante vinda da Arábia Saudita é de combustíveis de aviões. O Brasil importa 14,4% do combustível que consome. Desse montante, a importação saudita representa apenas 7,7%.

Gerente-executivo da Petrobras, Claudio Mastella destacou que, embora a interrupção de 5% represente muito no total de petróleo produzido diariamente no mundo, a retomada da produção foi rápida e não chegou a afetar o mercado brasileiro porque a Petrobras tinha como esperar a retomada da produção saudita. Ele explicou que o aumento do valor do petróleo internacional não é repassado imediatamente ao mercado brasileiro.

— Além disso, a Petrobras não pratica preços muito baixos, para não ser um supridor compulsório, e nem muito altos, para que o Brasil não seja invadido pela importação que tomaria espaço do país no mercado internacional. É um equilíbrio vivo e um mercado autorregulado — avaliou.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) criticou a dependência do Brasil aos preços do mercado internacional. Uma

vez que a autossuficiência de combustíveis foi atingida com o pré-sal, o Brasil continua à mercê dos preços dos barris internacionais.

Derramamento

Outro assunto que permeou toda a audiência foi o derramamento de óleo no litoral do Nordeste brasileiro. Mastella esclareceu que a Petrobras empenhou sua estrutura de prevenção de acidentes para ajudar na limpeza das praias nordestinas.

Segundo ele, 20 unidades operacionais e 500 agentes ambientais estão trabalhando todos os dias para combater os impactos desse acidente, e 350 toneladas de óleo já foram retiradas das praias — são mais de mil toneladas derramadas.

O gerente contou que a Petrobras cedeu 10 mil kits de proteção individual (botas, capacetes, luvas, água e refeição) para quem trabalha na limpeza, além de drones, helicópteros e embarcações. Ele disse que ainda precisam ficar claros a causa e o responsável pelo derramamento de óleo.

Na avaliação de Jean Paul, a Petrobras demorou a protagonizar a resposta ao derramamento quando constatou-se que não era causado pelas estruturas da empresa.

— Desconfio que houve uma certa negligência nos dias iniciais para conter a mancha em alto-mar e impedir que mil toneladas atingissem as praias, os mangues, os arrecifes e corais.

Mastella reiterou que a empresa se sente participante do processo e que deve tirar lições do acidente para melhorar as respostas do Brasil a esse tipo de evento.

Esperidião Amin (PP-SC) defendeu que parte do dinheiro arrecadado com leilões do petróleo seja destinada a combater desastres ambientais, como o vazamento de petróleo visto na costa brasileira. Amin disse que apresentará projeto nesse sentido.

Audiência debaterá compromisso do Brasil com Acordo de Paris

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) ouvirá hoje o assessor técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) Haroldo Machado Filho. Ele deve avaliar a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC — Lei 12.187, de 2009), na qual o Brasil oficializa os compromissos de redução de emissões que assumiu com a ONU, como o

Acordo de Paris.

Machado Filho analisará o atual estágio de implementação da PNMC e eventuais necessidades de modernização ou atualização.

O comparecimento do assessor atende um pedido do presidente da CMA, senador Fabiano Contarato (Rede-ES). Também participarão representantes das ONGs World Resources Institute (WRI) e Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), do escritório de consultoria ambiental Ecoadvice e do escritório de advocacia Ludovino Lopes Advogados.

Outra autora do requerimento para a audiência, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) quer informações sobre a fiscalização e o número de responsabilizações criminais e administrativas sobre desmatamento.



Fabiano Contarato é o presidente da Comissão de Meio Ambiente

Raquel de Sá/Agência Senado

Colegiado discute hoje avaliação de pessoas com deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate hoje as dificuldades da regulamentação da avaliação biopsicossocial de pessoas com deficiência por equipe multidisciplinar, prevista na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.156, de 2015).

O autor do requerimento, senador Romário (Podemos-RJ), afirma que a situação tem causado impactos negativos às pessoas com deficiência.

Entre os convidados estão a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, o coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, José Naum Chagas, e o presidente

do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marco Antônio Castilho.

Antes da audiência, a CAS deve analisar 23 itens. Entre eles, o PLS 180/2018, que trata da implementação do Portal da Transparência da Saúde. A proposta é da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e tem como relator o senador Paulo Rocha (PT-PA).

Já o PLS 107/2018, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), facilita o acesso a laqueaduras e vasectomias. O texto tem parecer favorável da relatora, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

Zequinha Marinho defende mudança na legislação ambiental

Zequinha Marinho (PSC-PA) afirmou que é possível fazer manejo sustentável da madeira na Amazônia, com aproveitamento da chamada galhada como carvão. Para ele, ambientalistas e imprensa fazem campanhas contra o setor madeireiro.

O senador defendeu mudança da legislação ambiental para facilitar o trabalho das empresas que trabalham corretamente. Ele afirmou que na sexta-feira visitou um projeto de manejo, existente há 24 anos, e constatou que a mata se regenera de uma “forma extraordinária”.

Plínio Valério diz que Brasil está entre os que mais preservam

Ao cobrar a leitura do requerimento de criação da CPI das ONGs para apurar eventuais irregularidades envolvendo essas organizações na Amazônia, Plínio Valério (PSDB-AM) afirmou ontem que “os brasileiros não precisam ter vergonha da realidade ambiental do país”. O senador disse que o Brasil é um dos países que mais preservam a cobertura vegetal originária. Esse índice, informou, é de 69% e na Amazônia Legal, a preservação alcança 83%. Para Plínio, países que tentam “bater” o carimbo da irresponsabilidade no Brasil estão longe de ser exemplo na área ambiental.



Waldemir Baretto/Agência Senado



Waldemir Baretto/Agência Senado